

CCJ0163

PREVIDÊNCIA PÚBLICA E GESTÃO MUNICIPAL

CARGA HORÁRIA: 30 h

Ementa:

A disciplina tem como objetivo fornecer aos alunos uma compreensão aprofundada sobre os fundamentos, desafios e práticas da previdência pública no Brasil, com um foco especial na gestão municipal. O curso explora os aspectos legais, financeiros e administrativos relacionados à previdência social dos servidores públicos municipais, analisando tanto as políticas públicas quanto as estratégias de gestão. Além disso, a disciplina visa desenvolver a capacidade crítica dos alunos para avaliar e propor soluções para os problemas enfrentados pelos regimes próprios de previdência social (RPPS) no contexto municipal.

Bibliografia:

CARVALHO, Valter Lobato. Regimes Próprios de Previdência Social. São Paulo: Saraiva, 2020.
GIACOMONI, James. Orçamento Público. 17ª ed. São Paulo: Atlas, 2021. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da Seguridade Social. 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2023.

CCJ0164

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

CARGA HORÁRIA: 30 h

Ementa:

Essa disciplina se propoe a estudar os aspectos do desenvolvimento local como uma ação do Estado, através das Políticas públicas que buscam crescimento econômico, através do desenvolvimento local. Para tanto iremos compreender o papel do Estado como agente de desenvolvimento; compreender as Políticas Públicas como ação do Estado; compreender como as políticas públicas podem contribuir para o desenvolvimento local

Bibliografia:

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Brasília: ENAP, 2006. VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável: O Desafio do Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. LOTTA, Gabriela Spanghero. Burocracia e Implementação de Políticas Públicas: Capilaridades e Particularidades do Contexto Local. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

CCJ0165

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E RESPONSABILIDADE PENAL DE AGENTES PÚBLICOS

CARGA HORÁRIA: 30 h

Ementa:

A disciplina tem como objetivo capacitar os alunos a compreenderem e analisarem criticamente os crimes cometidos contra a administração pública, bem como as implicações jurídicas e penais para os gestores públicos. O curso abordará os aspectos teóricos e práticos das tipificações penais, o processo de responsabilização, e as nuances da aplicação das leis penais aos agentes públicos, com ênfase em estudos de caso e jurisprudência recente.

Bibliografia:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: Parte Especial - Crimes contra a Administração Pública. 12^a ed. São Paulo: Saraiva, 2022. CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: Parte Especial - Volume 3: Crimes contra a Administração Pública. 19^a ed. São Paulo: Saraiva, 2021. FERREIRA, Eugenio Pacelli; FISCHER, Andrey Borges. Comentários ao Código Penal: Parte Especial. 7^a ed. São Paulo: Atlas, 2022.

CCJ0166

METODOLOGIA DE PESQUISA I

CARGA HORÁRIA: 15 h

Ementa:

A disciplina visa apresentar aos discentes o processo de pesquisa científica, as etapas e possibilidades de desenvolvimento de um trabalho de conclusão de curso e relatórios de conclusão de cursos de pós-graduação Lato Sensu, bem como as normas que regem os trabalhos científicos (ABNT). Como conteúdo, serão abordados o Pesquisador e a Comunicação Científica; a Pesquisa e suas Classificações; Métodos Científicos; as Etapas da pesquisa revisão de Literatura; levantamento de informações para pesquisas problema e hipóteses de pesquisa.

Bibliografia:

ALVES, Magda. Como escrever teses e monografias: um roteiro passo a passo. 2. ed.rev.atual. Rio de Janeiro: Campus, 2022. ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2021. AZEVEDO, Israel Belo de. O prazer da produção científica: diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos. 10. ed. São Paulo: Agnos, 2021. ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1998. ESPÍRITO SANTO, Alexandre do. Delineamentos de metodologia científica. São Paulo: Loyola, 2019.

FINANÇAS PÚBLICAS , RESPONSABILIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO

CARGA HORÁRIA: 30 h

Ementa:

A disciplina aborda o papel das finanças públicas no desenvolvimento econômico municipal, destacando os instrumentos de planejamento, execução e controle das políticas fiscais no âmbito local. São examinados os princípios da responsabilidade fiscal, gestão orçamentária, arrecadação tributária, e a relação entre receitas e despesas públicas. Também são analisados os mecanismos de financiamento do desenvolvimento econômico, as parcerias público-privadas (PPPs), e as implicações de políticas fiscais para o crescimento econômico sustentável. A disciplina inclui estudo de casos e análises de legislação aplicável, como a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Bibliografia:

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 17ª ed. São Paulo: Atlas, 2020. AFONSO, José Roberto (org.). Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. OLIVEIRA, Ricardo Lodi. Manual de Direito Financeiro. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. Responsabilidade Fiscal e Finanças Públicas Municipais. São Paulo: Editora Atlas, 2019. ARAUJO, Emanuel Soares. Finanças Públicas Municipais: teoria e prática. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

GOVERNANÇA AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

CARGA HORÁRIA: 30 h

Ementa:

Esta disciplina tem como objetivos abordar e explorar as interações entre a política pública, a gestão e governança ambiental e os instrumentos jurídicos existentes para a promoção de um desenvolvimento sustentável, principalmente (mas não exclusivamente) no ambiente das cidades. Trabalhará os principais conceitos e práticas de governança ambiental e sustentabilidade com um enfoque específico na gestão municipal, incluindo a análise de casos práticos, legislação relevante e estratégias para a implementação de políticas ambientais eficientes no âmbito local. Verifica-se, na prática cotidiana, que existem diversas barreiras para a efetivação de uma governança pública sustentável que se constitua e se desenvolva amplamente na União, nos Estados e Municípios, sendo necessário propor soluções e estratégias para a integração da sustentabilidade nas políticas públicas no Brasil.

Bibliografia:

MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. 11ª ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2023.
FONSECA, Igor Ferraz da; BURSZTYN, Marcel. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. *Sociedade e Estado*, v. 24, p. 17-46, 2009. MOURA, Alexandrina Sobreira de; BEZERRA, Maria do Carmo. Governança e sustentabilidade das políticas públicas no Brasil. 2016. SANTOS, Vânia Maria Nunes dos; BACCI, Denise de La Corte. Proposta para governança ambiental ante os dilemas socioambientais urbanos. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 199-212, 2017. JACOBI, Pedro. Desafios da governança ambiental urbana face à emergência climática. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, v. 23, n. 1, p. 9-20, 2023.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CIDADES RESILIENTES E PLANEJAMENTO URBANO

CARGA HORÁRIA: 30 h

Ementa:

A disciplina busca proporcionar uma visão aprofundada dos conceitos de resiliência e planejamento urbano, capacitando os alunos a desenvolverem soluções inovadoras e sustentáveis para a gestão das cidades frente a riscos ambientais e sociais. Aborda os conceitos e práticas relacionados à resiliência urbana e ao planejamento urbano sustentável, além de focar no desenvolvimento de estratégias para enfrentar os desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas, urbanização acelerada e desastres naturais. Os alunos aprenderão a aplicar os princípios da resiliência no planejamento urbano, com ênfase na governança municipal e na promoção de cidades sustentáveis e adaptáveis.

Bibliografia:

COSTA, Carlos Rafael Röhrig da et al. Mudanças climáticas e resiliência urbana: estratégias sustentáveis em cidades brasileiras. 2023. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria. MANSUR, CRISTIANE; SOUZA, MORAES. Resiliência e planejamento urbano regional: construindo cidades resilientes. CIDADES INTELIGENTES, GESTÃO DE, p. 25. MARAT-MENDES, Teresa. PNUM| Morfologia Urbana: Planejamento, Recuperação e Resiliência-Atas de Resumos. Interações, v. 11, p. 13.00. TRANNIN, Maria Cecília; BRUNO, Simara Ferreira. Justiça ambiental e planejamento urbano: construindo resiliência em comunidades vulneráveis. REPAE- Revista de Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia, v. 7, n. 1, p. 37-58, 2021.

CCJ0170

METODOLOGIA DE PESQUISA II

CARGA HORÁRIA: 15 h

Ementa:

Aspectos éticos da pesquisa; Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; Projeto de pesquisa; Elaboração de Documentos de Pesquisa Projeto de Pesquisa: plano de gestão ou artigo científico. Título da Pesquisa. Introdução. Objetivos. Revisão de literatura. Metodologia. Cronograma. Introdução. Fundamentação Teórica. Metodologia. Resultados. Conclusão. Elementos Complementares e Pós-Textuais do Artigo científico. O que é um artigo científico? Tipos de artigos. Estrutura recomendada para os artigos.

Bibliografia:

FERENHOF, H. A.; FERNANDES, R. F. Desmistificando a Revisão de Literatura como Base para Redação Científica: Método SSF. Revista ACB, v. 21, n. 3, 2016. GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D.T. Métodos de Pesquisa. Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica - Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. GIL, A. C.. Como elaborar projetos de pesquisa, 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2018. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos de pesquisa bibliográfica, projeto e relatório; publicações e trabalhos científicos. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2009

CCJ0171

DIREITO ADMINISTRATIVO, LICITAÇÕES E CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 45 h

Ementa:

A disciplina visa proporcionar uma compreensão abrangente dos princípios e normas que regem o Direito Administrativo, com enfoque específico na gestão municipal, abordando questões práticas relativas à governança local. Também se propõe a fornecer aos alunos uma compreensão profunda e crítica dos processos de licitação e da gestão de contratos administrativos no âmbito da administração pública, nos termos da Lei 14.133/21. Serão abordados os fundamentos jurídicos, as modalidades de licitação, os procedimentos licitatórios, as regras específicas para a contratação pública e os mecanismos de controle e fiscalização. A disciplina também tratará dos desafios práticos enfrentados pelos gestores públicos na condução de licitações e na execução de contratos administrativos.

Bibliografia:

AQUINO, Carlos Pessoa de. Manual de direito municipal. João Pessoa: A União, 2000.
BRAZ, Petrônio. Direito municipal na Constituição. 7. ed. São Paulo: J. H. Mizuno, 2010.
CASTELLS, Manuel, BORJA, Jordi. Local y Global - La Gestión de las Ciudades en la Era de la Información. Madrid: Taurus, 1997
CASTRO, Jose Nilo de. Direito municipal positivo. 7. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.
DALLARI, Dalmo de Abreu. O Que É Participação Política. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
SILVA, José Afonso da. Direito urbanístico brasileiro. 2. Ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

CCJ0172

SISTEMAS DE CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CARGA HORÁRIA: 15 h

Ementa:

Auditoria Governamental, 2. Controladoria, 3. Corregedoria e 4. Ouvidoria. Modelo de atuação para as Unidades de Controle Interno. Transparência ativa, transparência passiva, sistema de transparência, dados abertos, portais de transparência, principais leis e normativos sobre transparência no Brasil, lei de acesso à informação, sistema de informação ao cidadão, carta de serviços ao usuário. O papel e os desafios para os Sistemas de Controle Interno na agenda de governança, estratégia, gestão de riscos, de integridade nos órgãos públicos.

Bibliografia:

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. São Paulo: FGV, 1996. BEHN, Robert D. Rethinking Democratic Accountability. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2001. CRUZ, José Vieira de. Ouvidoria Pública: O exercício da Cidadania. São Paulo: Malheiros Editores, 2019. BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação (LAI).

CCJ0173

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO PÚBLICA

CARGA HORÁRIA: 30 h

Ementa:

A disciplina aborda os fundamentos teóricos e prático das políticas públicas e da gestão pública, a partir de uma visão ampla e crítica sobre o desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas públicas no Brasil, com foco na articulação entre as esferas federal, estadual e municipal. Explora-se a interação entre atores e instituições no processo de elaboração e implementação de políticas, além das ferramentas e técnicas de gestão voltadas para a eficiência, eficácia e efetividade na administração pública, além de oferecer ferramentas de gestão pública e metodologias para a formulação de políticas eficazes, considerando o contexto de governança democrática e transparência. O curso explora a interação entre gestão pública e políticas públicas para a resolução de problemas sociais, econômicos e ambientais.

Bibliografia:

FARAH, Marta Ferreira Santos. Governo local, políticas públicas e novas formas de gestão pública no Brasil. *Organizações & Sociedade*, v. 7, p. 59-86, 2000. MAIA, Tânia Sofia Vieira; CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro. Desafios da implementação da nova gestão pública. *Lex Humana* (ISSN 2175-0947), v. 14, n. 2, p. 121-138, 2022. PECL, Alketa; IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; STOCKER, Fabricio (Ed.). *Administração, gestão e políticas públicas: interfaces e diálogos com o campo organizacional*. Cadernos EBAPE. BR, v. 19, n. spe, p. 1-2, 2021.

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CARGA HORÁRIA: 15 h

Ementa:

A disciplina tem como objetivo analisar a relação entre democracia e participação cidadã na administração pública, explorando os mecanismos que permitem aos cidadãos influenciar as decisões governamentais. Serão abordados temas como o conceito de democracia participativa, as ferramentas de participação cidadã, os desafios e as oportunidades de implementar práticas participativas no contexto da administração pública, e os impactos dessas práticas na qualidade da governança.

Bibliografia:

AVRITZER, Leonardo. A Moralidade da Democracia: Ensaio sobre Democracia e Deliberação. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2020. PATEMAN, Carole. Participação e Teoria Democrática. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. SOUZA, Celina. Participação e Políticas Públicas: Construindo um Novo Modo de Governar. 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2021.

CCJ0175

FORMATAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, CAPTAÇÃO DE RECURSOS E PROJETOS DE CULTURA
CARGA HORÁRIA: 30H

Ementa:

Desenvolver competências em profissionais para atuar na captação de recursos para o desenvolvimento de projetos estratégicos através da: i) compreensão do processo de financiamento de políticas públicas e ações estratégicas de impacto social; ii) identificação de fontes de financiamento para projetos estratégicos; iii) design de propostas de intervenção destinadas à participação em editais públicos e ou projetos de parceria público- privada; iv) mobilização de parcerias com stakeholders para o desenvolvimento de estratégias de captação de recursos. Essa disciplina também auxiliará os alunos a compreenderem e analisarem criticamente as políticas culturais desenvolvidas em nível municipal. Serão explorados os fundamentos teóricos das políticas culturais, o papel dos gestores públicos na formulação e implementação dessas políticas, e as estratégias de gestão cultural no contexto local

Bibliografia:

BRASIL, Senado Federal. Manual de Obtenção de Recursos Federais para os Municípios. Brasília, 2012. [http:// www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/385453](http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/385453) BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica Internacional multilateral e bilateral. 4ª ed. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2014. 64p. DOS SANTOS, Renata Aricelle. Captação de Recursos na Administração Pública Municipal. Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal. Universidade de Brasília, 2019. COSTA, Heloísa Helena Teixeira da. Gestão Cultural: Profissão em Formação. 3ª ed. São Paulo: SENAC, 2021. RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas Culturais no Brasil. 5ª ed. Salvador: EDUFBA, 2022. SANTOS, Milton. Cultura e Políticas Públicas: O Que é e Como Se Faz. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2021.

CCJ0177

REFORMA POLÍTICA E DIREITO ELEITORAL

CARGA HORÁRIA: 15 h

Ementa:

A disciplina visa proporcionar uma visão crítica e analítica das reformas políticas e seu impacto no sistema eleitoral brasileiro, capacitando os alunos para compreender e atuar em questões relacionadas ao Direito Eleitoral e à governança democrática. Com ênfase no Direito Eleitoral e no sistema municipal, examina as mudanças institucionais e normativas que visam aperfeiçoar o sistema político e eleitoral, além de abordar questões relacionadas à participação democrática, financiamento de campanhas, representatividade e mecanismos de governança eleitoral. A disciplina prepara os alunos para compreender os desafios do sistema eleitoral brasileiro, analisando também as reformas implementadas e propostas de mudança.

Bibliografia:

GOMES, Eloan Dirschnabel; LECHENAKOSKI, Bryan Bueno. Direito eleitoral e democracia: a problemática em torno do sistema eleitoral brasileiro. *Academia de Direito*, v. 5, p. 191-217, 2023. LAMOUNIER, Bolívar. O imperativo da reforma política. *Revista USP*, n. 134, p. 45-58, 2022. RODRIGUES, Theófilo Machado. Propostas de reforma do sistema eleitoral no Brasil:: o que pensa a ciência política brasileira?. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 124, 2022.

CCJ0178

PROJETO FINAL INTEGRADOR (TCC)

CARGA HORÁRIA: 90h

Ementa:

O Projeto Final Integrador (ou Trabalho de Conclusão de Curso - TCC) visa consolidar os conhecimentos adquiridos durante o curso, por meio do desenvolvimento de um trabalho prático ou teórico que integre os conteúdos das disciplinas estudadas durante a pós-graduação. O aluno deverá elaborar um projeto relacionado à gestão e governança pública, aplicando as teorias e metodologias aprendidas, com foco na resolução de problemas concretos enfrentados pelas administrações municipais, estaduais ou federais, ou na análise de temas relevantes em Direito Público e Políticas Públicas, para confecção de artigo científico. Dentro do conteúdo previsto para ser trabalho, está: Cronograma e planejamento de atividades; Redação de capítulos: introdução, desenvolvimento, conclusão; Referências bibliográficas e normativas (ABNT). Orientação e Acompanhamento Individualizado por orientadores designados: Reuniões periódicas com o orientador; Acompanhamento das etapas do projeto; revisão do texto; Finalização e Apresentação do TCC.

Bibliografia:

BENDER, Willian N. Aprendizagem Baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso, 2015. GIL, A. C.. Como elaborar projetos de pesquisa, 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2018. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos de pesquisa bibliográfica, projeto e relatório; publicações e trabalhos científicos. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. SOUZA, Dalva Inês de. et. al. Manual de orientações para projetos de pesquisa - Novo Hamburgo: FESLSVC, 2013.

CCJ0179

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA
CARGA HORÁRIA: 15H

Ementa:

A disciplina visa apresentar e desenvolver discussões sobre a importância dos principais serviços de TI no Setor Público, como desenvolver o planejamento e o plano diretor de TI usando o framework COBIT, como a transformação digital e a inovação estão sendo trabalhados no Setor Público, conceitos e exemplos de Cidades Inteligentes, a aplicação de processos de Governança e Gestão de TI utilizando Métodos Ágeis, como OKRs e Scrum, em Unidades de Informação. Principais Serviços de TI no Setor Público. Em seu conteúdo, são abordados os temas: Planejamento e o Plano Diretor de TI. Transformação Digital e Inovação no Setor Público. Cidades Inteligentes (Smart Cities). Conceitos da Governança e Gestão de TI. Ferramentas, técnicas e processos da Governança e Gestão de TI. Fundamentos do COBIT. Aplicação do framework COBIT no contexto das Unidades de Informação. Introdução ao Scrum. Papeis no Scrum. Cerimônias e Artefatos do Scrum. Implementação do Scrum nos projetos de Governança e Gestão de TI. Introdução aos OKRs. Princípios e Estrutura dos OKRs.

Implementação dos OKRs nos projetos de Governança e Gestão de TI. Monitoramento e Acompanhamento de OKRs. Aplicação Prática: Implementação de um processo de Gestão de TI utilizando os métodos Ágeis OKR e Scrum.

Bibliografia:

DIAS, Thiago Ferreira. Inovação e tecnologia da comunicação e informação na administração pública / Thiago Ferreira Dias; Hironobu Sano; Marcos Fernando Machado de Medeiros. 2019, Enap Brasília. PDF. <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4284> ROGERS, David L. Transformação Digital: repensando o seu negócio para a era digital. Traduzido por Afonso Celso da Cunha Serra. 2017, Autêntica Business. COBIT® 2019 Framework: Introduction and Methodology. 2018, ISACA. COBIT® 2019 Framework: Governance and Management Objectives. 2018, ISACA. The Scrum Guide. 2020, <https://www.scrum.org/> CASTRO, Felipe. The Beginner's Guide to OKR. PDF.